



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA LÍDIA DOS SANTOS COSTA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DAS MULHERES**

**GUARABIRA/PB
2024**

MARIA LÍDIA DOS SANTOS COSTA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Popular, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Profa. Me. Kamila Karine dos Santos Wanderley.

**GUARABIRA/PB
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837e Costa, Maria Lidia dos Santos.

Educação de jovens e adultos [manuscrito] : uma análise da formação educacional das mulheres / Maria Lidia dos Santos Costa. - 2024.

28 f. : il. color.

Digitado.

Artigo Científico (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Ma. Kamila Karine dos Santos Wanderley, Departamento de Educação - CH".

1. Desigualdade de gênero. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Formação educacional. 4. Mulheres. I. Título

21. ed. CDD 374.012098

MARIA LÍDIA DOS SANTOS COSTA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DAS MULHERES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Popular, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos.

Aprovada em: 11/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Kamila Karine dos S. Wanderley
Profa. Me. Kamila Karine dos Santos Wanderley (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jaqueline Leandro Ferreira
Profa. Dra. Jaqueline Leandro Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Francineide Batista de Sousa Pedrosa
Profa. Me. Francineide Batista de Sousa Pedrosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho aos meus pais, Lucia e Edmundo, que, apesar das dificuldades enfrentadas na vida, se dedicaram à minha Educação.

"Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas." (Audre Lorde)

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1 – Gráfico.....	14
-------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marcos Históricos da Educação no Brasil.....	15
Quadro 2 – Principais desafios enfrentados pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
SNEA	Serviço Nacional da Educação de Adultos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA.....	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1	Evolução e Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	14
3.2	Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Oportunidades para a Inclusão Social das Mulheres.....	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
4.1	Currículo e Metodologia de Ensino.....	22
4.2	Condições Socioeconômicas.....	23
4.3	Desafios Pessoais e Sociais.....	23
4.4	Apoio Institucional e Continuidade.....	24
5	CONCLUSÃO.....	25
6	REFERÊNCIAS.....	25

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS MULHERES

YOUTH AND ADULT EDUCATION: AN ANALYSIS OF WOMEN'S EDUCATIONAL TRAINING

Autora: Maria Lídia dos Santos Costa¹

Orientadora: Kamila Karine dos Santos Wanderley²

RESUMO

Esta pesquisa investiga a formação educacional das mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco nos fatores que impactam seu percurso escolar. O objetivo geral do estudo é analisar a evolução histórica da EJA no Brasil, destacando as desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres. Para tanto, foram estabelecidos três objetivos específicos: 1) Identificar as barreiras e restrições que as mulheres enfrentaram no acesso à EJA ao longo da história; 2) Conhecer a influência de movimentos sociais na promoção da inclusão das mulheres na EJA; 3) Compreender os desafios específicos que as mulheres enfrentam na EJA, considerando suas experiências e realidades socioeconômicas. A justificativa para este estudo reside na necessidade de analisar essas desigualdades de gênero na educação, investigando as razões que causam impacto na formação escolar das mulheres. Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise Qualitativa de Conteúdo, conforme Bardin (2011). O embasamento teórico inclui autores como Freire (1997), Leite (2013), Galvão e Soares (2006), Fraser (1997), Hooks (1994), Abreu e Alcoforado (2021), entre outros. As conclusões da pesquisa indicam que o currículo descontextualizado, a desigualdade social, a sobrecarga de responsabilidades das mulheres e a falta de assistência governamental são fatores determinantes nos desafios enfrentados por elas na EJA.

Palavras-Chave: Desigualdade de gênero, Educação de Jovens e Adultos, Formação educacional, mulheres.

ABSTRACT

This research investigates the educational background of women in Youth and Adult Education (EJA), focusing on the factors that impact their school career. The general objective of the study is to analyze the historical evolution of EJA in Brazil, highlighting the gender inequalities faced by women. To this end, three specific objectives were established: 1) Identify the barriers and restrictions that women have faced in accessing EJA throughout history; 2) Know the influence of social movements in promoting the inclusion of women in EJA; 3) Understand the specific challenges that women face in EJA, considering their experiences and socioeconomic realities. The justification for this study lies in the need to analyze these gender inequalities in education, investigating the reasons that impact women's educational training. For data analysis, Qualitative Content Analysis was used, according to Bardin (2011). The theoretical basis includes authors such as Freire (1997), Leite (2013), Galvão and Soares (2006), Fraser (1997), Hooks (1994), Abreu and Alcoforado (2021), among others. The research conclusions indicate that the decontextualized curriculum, social

¹ Licencianda no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

² Professora Orientadora do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

inequality, women's overload of responsibilities and the lack of government assistance are determining factors in the challenges they face in EJA.

Keywords: Gender inequality, Youth and Adult Education, Educational training, women.

1 INTRODUÇÃO

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), há uma predominância de mulheres cujas trajetórias escolares foram interrompidas por diversos fatores. Questões sociais, econômicas e familiares, como a necessidade de trabalhar e cuidar dos filhos, frequentemente limitam seu acesso e permanência na educação regular. Segundo Lima (2021), esse cenário reflete uma sociedade ainda marcada pelo patriarcado³, em que as mulheres enfrentam sobrecargas de trabalho dentro e fora de casa, o que dificulta seu acesso a direitos fundamentais, como a educação. Além disso, a exclusão social e educacional, presente no desenvolvimento histórico do Brasil, também impacta a conclusão de seus estudos.

As mulheres enfrentam invisibilidade em diversos âmbitos, muitas vezes sendo negligenciadas pela sociedade e também se colocando em segundo plano para assumir o papel de cuidadoras, geralmente de familiares. Selem (2011, p. 13) observa que “culturalmente, as mulheres foram constituídas na tarefa do cuidado do outro”. Essa construção social resulta em grandes dificuldades para que elas priorizem suas próprias necessidades e desejos. Assim, configura-se um problema sociocultural no qual a mulher é desumanizada, com suas vidas frequentemente dedicadas a servir maridos e filhos. Quando essas mulheres retornam aos estudos na fase adulta, enfrentam desafios consideráveis, como a sobrecarga de conciliar múltiplas funções, exacerbando as dificuldades de se dedicarem à própria educação.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com foco nas desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres. Assim, como objetivos específicos, intenciona-se: 1. Identificar as barreiras e restrições que as mulheres enfrentaram no acesso à EJA ao longo da história; 2. Conhecer a influência de movimentos sociais na promoção da inclusão das mulheres na EJA; 3. Compreender os desafios específicos que as mulheres enfrentam na EJA, considerando suas experiências e realidades socioeconômicas.

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), associada à análise qualitativa de conteúdo, segundo Bardin (2011), com o intuito de extrair e interpretar informações relevantes sobre o tema. A pesquisa busca, prioritariamente, responder à seguinte questão: quais barreiras históricas e sociais as mulheres enfrentaram na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, e de que maneira essas barreiras se refletem em suas experiências e contextos socioeconômicos?

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), as estudantes enfrentam inúmeros obstáculos tanto para ingressar quanto para se manterem na escola, muitos deles resultantes das desigualdades de gênero que perpetuam a disparidade de direitos entre mulheres e homens. Louro (1997) ressalta que essa invisibilidade, historicamente produzida por discursos que confinavam as mulheres ao ambiente doméstico, vem sendo gradualmente desafiada e superada.

³ De acordo com Saffioti (2015, p. 47) o conceito de patriarcado seria a dominação-exploração das mulheres, tendo em vista o homem como maior poder em todos os âmbitos.

Diante disso, emergiu a necessidade de analisar essa temática. O interesse pelo assunto despertou a partir da participação em um projeto de extensão intitulado "Mulheres em Guarabira: Conhecendo o Guia da Rede de Enfrentamento e Atendimento à Violência Doméstica e Sexual".⁴ voltado ao enfrentamento da violência contra a mulher, realizado entre 2022 e 2024. Inicialmente, a proposta envolvia rodas de conversa com mulheres de classes populares. Em uma das experiências, em uma escola que oferecia EJA, o grupo de extensão teve a oportunidade de conversar separadamente com homens e mulheres. Isso proporcionou o contato com histórias de luta e superação, incluindo relatos de violência doméstica e sobrecarga de responsabilidades enfrentadas por muitas mulheres. Esses relatos, cheios de sentimentos de luta, injustiça e superação, despertaram um profundo interesse pela EJA.

No entanto, um ano depois, ao assistir ao documentário *Histórias de um Brasil Alfabetizado (2012)*⁵, surgiram novas dúvidas e a necessidade de aprofundar os estudos na área. Esse momento despertou o desejo de desenvolver uma pesquisa focada na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com um olhar nos fatores que impactam a trajetória educacional dos estudantes, especialmente das mulheres.

Dessa forma, para que haja compreensão sobre o tema, esta pesquisa aborda alguns tópicos, que são: metodologia; referencial teórico 3.1 “Evolução e Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil”; 3.2 “Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Oportunidades para a Inclusão Social das Mulheres”; resultados e discussões, desenvolvidos em subtópicos, 4.1 Currículo e Metodologia de Ensino; 4.2 Condições Socioeconômicas; 4.3 Desafios Pessoais e Sociais; 4.4 Apoio Institucional e Continuidade. Por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

O estudo proporciona uma visão dos desafios enfrentados pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escolha pela Pesquisa Bibliográfica foi pautada na definição de Gil (2008, p. 50), segundo a qual “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido, foram selecionadas obras e artigos que discutem a relação entre as mulheres e a EJA, considerando principalmente os desafios históricos e sociais enfrentados por elas.

Para a coleta de dados, foram utilizados critérios de seleção das fontes, priorizando publicações acadêmicas em bases de dados reconhecidas, como *Scielo*, *Google Scholar* e outros periódicos de alto impacto. Os materiais selecionados abrangem estudos que tratam da evolução da EJA no Brasil e das barreiras específicas enfrentadas pelas mulheres, especialmente no que se refere às desigualdades de gênero. A revisão incluiu obras publicadas entre 2013 a 2022, o que garante uma visão atualizada e contextualizada dos temas em questão.

A análise dos dados foi conduzida por meio da Análise Qualitativa de Conteúdo, conforme a metodologia de Bardin (2011), que propõe diretrizes para a identificação de padrões, temas e categorias em textos e documentos. O processo de análise foi de natureza indutiva, ou seja, as categorias emergiram dos dados analisados, sem pré-concepções. Foram realizadas leituras dos materiais, seguidas pela categorização dos principais desafios enfrentados pelas mulheres na EJA. As categorias identificadas incluem:

⁴ Coordenado pela Profa. Ivonildes da Silva Fonseca, realizado na cidade de Guarabira.

⁵ Disponível em: https://youtu.be/ewgREnDv_w4?si=CRJBrJNcONmRd1Zy

FIGURA 1 -



Fonte: Aatoria (2024)

A análise de conteúdo foi realizada manualmente, sem o uso de *softwares* específicos, mas com triangulação de dados a partir de diferentes fontes, o que fortalece a validade dos resultados. Entretanto, reconhecemos limitações metodológicas como: a análise qualitativa depende da interpretação do pesquisador. Ademais, o escopo limitado aos estudos encontrados em bases de dados pode ter excluído outras perspectivas relevantes. Apesar disso, o método adotado oferece uma visão potente para compreender as barreiras enfrentadas por essas mulheres e as possibilidades de transformação educacional.

Desse modo, a metodologia qualitativa, conforme descrita por Oliveira (2007), permite uma análise detalhada dos fenômenos estudados, oferecendo uma visão aprofundada das dificuldades que impedem o acesso das mulheres à educação escolar e suas implicações para a EJA no Brasil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Traremos a seguir, uma análise histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando as desigualdades de gênero e classe que marcaram sua evolução. Abordando desde as restrições do século XIX, quando a educação de adultos era limitada a homens, até as mudanças ocorridas no século XX com a inclusão de camadas sociais marginalizadas, principalmente com a influência de movimentos populares.

3.1 Evolução e Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O percurso na EJA precisa contemplar as diversidades do seu público e não se limitar a caminhos únicos e niveladores (Leite, 2013, p. 293).

Historicamente, a educação escolar no Brasil originou-se com os jesuítas em 1549⁶ que catequizavam os indígenas durante a colonização. No período Pombalino, a educação se desvinculou da religiosidade, com as Reformas Pombalinas implementando um ensino laico e público no país.

Nesse contexto, a Educação de Adultos ao longo dos anos passou por diversas modificações devido às mudanças nas políticas brasileiras. Como é destacado no quadro abaixo:

Quadro 1. Marcos Históricos da Educação no Brasil

ANO	ACONTECIMENTOS
1878	Ano em que foram criados cursos apenas para homens adultos que não eram alfabetizados.
1934	Ano em que o Plano Nacional de Educação (PNE) foi criado, ofertando a educação pública para todos.
1940	Duas campanhas surgiram: o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) e a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Também houve o Congresso Nacional de Educação de Adultos.
1958/61	Época em que a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) surgiu.
1959/69	Momento histórico onde o Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA) espalhou-se por todo o Brasil.
1970/85	Surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ⁷ .
1985/90	Com o intuito de democratizar a Educação, após o fim da Ditadura Militar no Brasil, surge a Fundação Educar.
1996	Surge a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação onde afirmou a importância da EJA gratuita para todos.
2005	No Decreto N° 5.478, surge o programa de integração da educação profissional na modalidade da EJA.
2006	No Decreto N° 5.840, amplia o programa e cria o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)
2014	20 metas para o decênio foram estabelecidas pelo PNE, tendo até o ano de 2024 a serem cumpridas.

⁶ A educação formal brasileira inicia-se no período do Brasil Colônia, com a chegada dos jesuítas, em 1549, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Estes religiosos foram responsáveis pela instrução e catequização até o ano de 1759, quando o Marquês de Pombal os expulsou e implantou as Reformas Pombalinas. O objetivo fundamental dessa mudança era a implantação do ensino laico (desvinculado de aspectos religiosos) e público (acessível a todos) (Melo, 2012, p. 9).

⁷ Nos anos 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) se fez presente na sociedade brasileira, durante o regime ditatorial, visando alfabetizar um maior número de pessoas. Entretanto, segundo Beluzo e Toniosso (2015, p.201) “Os educadores criticavam os métodos de alfabetização utilizados, dizendo que os mesmos, produziam males; que os alunos voltariam a ser analfabetos e que o governo não queria educar nenhum indivíduo.” Em vista disso, podemos notar a crítica abordada sobre a qualidade da Educação naquela época, onde, a visão tradicional do ensino estava sendo utilizada.

2024

Surge o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Adaptado de Journal48⁸ (2021).

Ao fazermos uma análise do quadro, podemos observar as grandes mudanças que a Educação de adultos sofreu ao longo dos anos. Logo, observando as modificações marcantes na história da Educação, pode-se destacar a criação do PNE, as campanhas populares que existiam no país, além de outros projetos. Entretanto, traremos destaque em alguns períodos, explicitando os anos que estão destacados da cor cinza no quadro. Com isso, destacamos o ano de 1878, época em que a Educação de Adultos era fornecida apenas aos homens. De acordo com Keller e Becker (2020, p. 05):

Já o Decreto nº 7031- A, de 6 de setembro de 1878, publicado pelo Ministro dos Negócios do Império, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, tinha como finalidade única organizar a oferta de educação pública para adultos como instrução primária em escolas para o sexo masculino, tendo direito de frequentá-las homens livres, maiores de 14 anos, vacinados e saudáveis, conforme consta nos Art. 1º e 5º.

Observando o que foi destacado, ao organizar a educação pública para adultos, impôs restrições que refletiam as desigualdades sociais e políticas da época, permitindo o acesso apenas a homens, maiores de 14 anos, livres, vacinados e saudáveis. A exclusão de mulheres e de classes marginalizadas, como pessoas escravizadas, revela o caráter seletivo da medida, reforçando a desigualdade de gênero e de classe. Além disso, a exigência de vacinação e saúde pode ser vista como um controle social que favorecia as elites, limitando ainda mais o acesso à educação e perpetuando desigualdades que impactam o sistema educacional até hoje.

A educação ofertada para as mulheres durante grande parte do período imperial brasileiro era significativamente limitada, com foco em suas funções dentro do lar e no papel de esposa e mãe. Conforme destacam Silva e Filho (2007, p. 03):

Toda a sua vida era voltada para a oportunidade do casamento como realização pessoal. Portanto, sua educação estava relacionada às prendas domésticas e a única possibilidade da mulher estudar restringia-se aos conventos femininos da Igreja Católica. Esse estereótipo criado sobre a mulher (mãe-esposa-dona-de-casa) permaneceu até a Primeira República, sem muita alteração.

Desse modo, a formação feminina era voltada para a manutenção da ordem social patriarcal, que limitava o acesso das mulheres ao conhecimento formal e às esferas públicas, refletindo as barreiras no campo educacional. Em suma, casar e formar uma família era considerado o maior objetivo de vida para as mulheres, confinando-as aos papéis de esposa, mãe e dona de casa. A educação formal, oferecida apenas em conventos, visava capacitá-las exclusivamente para cumprir os papéis que lhes foram culturalmente atribuídos.

Essa limitação educacional também tinha implicações profundas na construção de estereótipos sobre o papel feminino na sociedade, perpetuando a visão de que as mulheres deveriam ser exclusivamente cuidadoras e administradoras do lar. O acesso restrito à educação formal e a dependência das instituições religiosas para qualquer forma de instrução mostram como as oportunidades educacionais estavam

⁸Disponível em:

<https://journal48.com/educacao-e-familia/analfabetos-sao-realidade-no-pais-eja-e-caminho-para-resolver-problema/>

completamente atreladas à manutenção de uma estrutura social que subjugava as mulheres ao ambiente doméstico. Assim, a falta de educação formal contribuiu para a continuidade da desigualdade de gênero, sendo essa uma das barreiras que somente começaram a ser desafiadas com o avanço dos movimentos feministas e mudanças políticas no século XX.

No entanto, as mudanças mais recentes na Educação de Adultos ocorreram durante o Brasil República. De acordo com Leite (2013, p. 63),

No período iniciado em 1930 observou-se que a oferta de educação pública para todos começou a ter um novo sentido na história da educação brasileira. Basicamente, até aquele momento, a oferta de uma escola pública e gratuita que atendesse a população em idade escolar não era vista como uma prioridade.

Assim como foi destacado na linha do tempo, nos anos 30, a educação pública para todos surgiu, dessa vez, incluindo as classes sociais mais baixas, com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE). Dessa forma, Leite (2013) destaca um momento fundamental na história da educação do país, antes disso, a educação era privada para alguns, não sendo vista como uma grande prioridade para a sociedade, visto que a igualdade não era o foco, principalmente quando tratava-se de uma sociedade igualitária para as mulheres.

Entretanto, o foco dessa educação fornecida, era a alfabetização. Como pontua Leite (2013), antes desse período, a educação pública não era ofertada para todos. Na década de 40, foi criado o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA), servindo para direcionar o ensino supletivo para adultos. Além disso, muitos movimentos populares para a alfabetização surgiram, como é apontado a seguir:

Destacaram-se o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPCs), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. (Galvão e Soares, 2006, apud Leite, 2013, p.103).

Esses movimentos ganharam maior notoriedade no nordeste brasileiro, trazendo maior atenção ao analfabetismo. Na Paraíba, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR)⁹ ganhou força em 1962. Como aborda Fávero e Junior (1992, p. 07):

Após assistir uma palestra no MCP do Recife, durante a qual foi abordada a experiência de Paulo Freire, membros da equipe da CEPLAR, visitaram esse professor, que lhes expôs longamente o novo método da alfabetização e conscientização de adultos que estava desenvolvendo. Como resultado dos entendimentos com Paulo Freire, aqueles membros se comprometeram a realizar, em João Pessoa, uma experiência de alfabetização de adultos pelo novo sistema.

Nota-se a grande influência de Paulo Freire na construção de uma educação transformadora, especialmente pelo uso de seu método pelos membros da CEPLAR como ferramenta eficaz na alfabetização de educandos. Como destaca Brandão (2006, p. 9), “um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário[...]”. Com base nesse princípio, ao observar a realidade em que os educandos estavam

⁹ É importante destacar que a CEPLAR foi interrompida com a instauração da ditadura militar, implantada pelo golpe militar, em 1964, no Brasil.

inseridos, foi possível alfabetizá-los e conscientizá-los. A participação ativa dos alunos e o protagonismo dos educandos foram elementos essenciais nesse processo. Segundo Fávero e Júnior (1992), em João Pessoa, capital da Paraíba, o Método Freiriano foi aplicado inicialmente a um grupo de 15 mulheres domésticas, que conciliavam seu cotidiano com a educação, com o objetivo de alcançar sua alfabetização.

Em suma, a aplicação do método aconteceu durante o movimento que buscava a sindicalização do trabalho doméstico, para isso, as mulheres domésticas precisavam da alfabetização, visto que assim, teriam acesso à leitura dos documentos expostos. Contudo, era uma grande meta a ser cumprida em um tempo limitado. Como afirma Porto e Large (1995, p.48) “Alfabetizar um adulto em 40 horas era um desafio a ganhar pois a expectativa de muitos era grande”.

Dessa forma, constatou-se que em um curto período de tempo, as mulheres foram alfabetizadas, mesmo com alguns obstáculos, concluíram as 40 horas, onde foi aplicado o Método de Paulo Freire, aprendendo a escrever seus nomes e a leitura de pequenas frases, decodificando alguns textos. Desse modo, fica evidente, a importância e transformação que um método que visa a posição sociocultural de seus estudantes proporciona às camadas mais populares. Porto e Large (1995)¹⁰ destacam uma declaração feita pelo Pe. Juarez:

Referindo-se a essa experiência, Pe. Juarez Benício relembra: "Constatei o entusiasmo das domésticas e me empolguei com seus comentários: Toda vez, diziam elas, que a carne vem enrolada no jornal, a gente está entendendo o que diz o jornal (Porto, Large, 1995, p.48)

Essa declaração ressalta como a sociedade, apesar de seu “progresso”, ainda age de forma excludente. Para muitos, o simples ato de ler um jornal é uma tarefa rotineira; no entanto, representa uma conquista significativa para indivíduos das classes sociais menos favorecidas. O Método Paulo Freire busca evidenciar o aluno como o protagonista do processo de aprendizagem, reconhecendo a bagagem cultural acumulada ao longo de sua vida. Nesse sentido, Paulo Freire (2023, p. 99) afirma: “Por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador”. Ao integrar a vida cotidiana do aluno ao processo educativo, desenvolve-se um caminho mais eficaz para a aprendizagem, como demonstrado pela experiência das 15 mulheres domésticas que foram alfabetizadas com palavras e contextos provenientes de seus próprios ambientes sociais.

Nesse contexto, a educação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser entendida como uma prática emancipatória, que considera as experiências e os desafios específicos enfrentados por essas mulheres. Hooks (1994, p. 25) sugere que a educação pode ser um ato de liberdade, capaz de transformar vidas: "A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender".

Essa perspectiva é essencial para o desenvolvimento social e a evolução humana. Conforme destaca Hooks (1994), essa visão valoriza um ensino inclusivo, onde todos têm o direito de estudar, independentemente de suas classes sociais e origens. Dessa forma, a educação emancipatória luta pela inclusão em sala de aula, valorizando os saberes prévios de cada aluno e considerando suas peculiaridades individuais.

Para que a EJA cumpra esse papel transformador, as políticas educacionais precisam ser sensíveis às questões de gênero, e o currículo deve refletir as realidades e

¹⁰ Ceplar - História De Um Sonho Coletivo - Maria das Dores Paiva de O. Porto/ Iveline Lucena da Costa Lage (1995)

necessidades dessas mulheres. Fraser (2022, p. 39) ressalta a importância de uma abordagem que valorize tanto a redistribuição econômica¹¹ quanto o reconhecimento cultural: Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de ambos, reconhecimento e redistribuição. Ou seja, Fraser (2022) propõe a combinação desses dois fatores para que a sociedade se torne menos injusta, para que haja visibilidade para aqueles que são injustiçados dentro do sistema político, principalmente tratando-se de equidade de gênero.

Dessa forma, fica evidente que houveram diversas transformações que marcaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo dos anos, as políticas públicas voltadas para essa modalidade passaram recentemente por mais uma reformulação. A seguir, aprofundaremos a análise sobre o cenário atual da EJA.

3.2 Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Oportunidades para a Inclusão Social das Mulheres

Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele. (Freire, 2018, p.05)

No ano de 2024, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou por uma nova alteração com o surgimento do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, que visa alfabetizar mais pessoas. Segundo o MEC, o objetivo deste Pacto é eliminar o analfabetismo no Brasil, valorizar a escola e ampliar o público da EJA. Para que esse Pacto educacional funcione, foram implementados programas como, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Equidade-EJA, a ampliação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a destinação de maiores recursos financeiros, visando superar diversos impedimentos e reduzir o número de analfabetos no país. No entanto, não existe nenhum programa de incentivo que aborda diretamente as situações das mulheres na EJA.

Atualmente, a EJA não se limita apenas à alfabetização. De acordo com a LDB¹² nº 9394/96, o objetivo dessa modalidade de ensino, estabelecida em 1996, é possibilitar a conclusão da Educação Básica para aqueles que não tiveram essa oportunidade no ensino regular. Assim, os estudantes têm acesso a uma formação abrangente, que vai além da mera alfabetização, oferecendo ensino durante a noite. Esta modalidade permite que os alunos finalizem o ensino básico em um período reduzido, adaptado às suas necessidades. A Constituição Federal Brasileira, no artigo 208¹³, assegura uma educação gratuita para aqueles que não concluíram o ensino regular. A EJA é composta por duas etapas: a primeira, referente ao Ensino Fundamental, destina-se a adolescentes a partir de 15 anos, e a segunda, voltada para o Ensino Médio, a jovens a partir de 18 anos. No Brasil, essa população é diversificada, incluindo desde jovens até idosos, com uma presença significativa de mulheres que muitas vezes provêm de contextos

¹¹ Em virtude disso, é necessário a existência de alguns programas sociais voltados em auxiliar as mulheres, no Brasil, podemos observar alguns, como: Mundo do Trabalho, onde busca igualdade salarial para mulheres; Programa Mulheres Mil, que busca apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade, auxiliando de forma educacional, profissional. (PNE, 2024)

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96

¹³ art. 208 : “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”

socioeconômicos desfavorecidos e enfrentam desafios que afetam sua frequência escolar.

Como foi destacado na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos CONFINTEA, 1997:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século 21; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo, 1997)

No Brasil, o analfabetismo entre adultos continua a ser um problema significativo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), cerca de 10 milhões de brasileiros adultos ainda não são alfabetizados. A Conferência mencionada destaca a necessidade da educação de adultos para criar uma sociedade mais igualitária, livre de exclusão educacional. O Parecer do CNE/CEB (2000, p. 08) reafirma:

E esta é uma das funções da escola democrática que, assentada no princípio da igualdade e da liberdade, é um serviço público. Por ser um serviço público, por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste último interferir no campo das desigualdades e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, por meio de políticas públicas”.

Diante desse panorama, é fundamental a formação de uma escola igualitária no contexto educacional brasileiro, promovendo inclusão social e rompendo com a visão hierárquica que persiste nas instituições. A oferta da Educação de Adultos é, portanto, um dever do Estado, promovendo igualdade e liberdade para todos. Entretanto, no que diz respeito à liberdade e igualdade para as mulheres, ainda há muito a ser feito. Como sublinham Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p.134): “A educação surge, nesse contexto, como meio de inclusão social e como proposta de melhoria de vida, de mudança de sua condição social”. Em um mundo de disparidades sociais marcantes, a situação das mulheres na educação deve ser uma prioridade.

Para reverter esse quadro, a EJA deve funcionar como um processo educativo capaz de transformar realidades, diminuindo o número de analfabetos no Brasil. Muitas pessoas não tiveram a chance de concluir seus estudos na educação básica regular, e a EJA pode oferecer uma educação que atenda suas necessidades, fornecendo o conhecimento necessário para que possam usufruir de oportunidades de trabalho com dignidade. Nesse sentido, o MEC (2024) anunciou o programa Pé-de-Meia, que oferecerá incentivos financeiros na EJA, incluindo bonificações por matrícula, frequência, conclusão do ano escolar e um incentivo relacionado ao Enem. Essa é uma conquista significativa para a educação.

Freire (2018, p. 25) destaca que “[...] alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas dizer a sua palavra, criadora de cultura”. Assim, podemos afirmar que o ato de alfabetizar é, antes de tudo, um ato político, pois valoriza a existência e o saber daqueles que historicamente foram marginalizados.

Nas escolas que atendem a EJA, as mulheres enfrentam diversos desafios, como a dificuldade de conciliar estudos e responsabilidades familiares, barreiras econômicas e a necessidade de um ambiente educacional que respeite suas necessidades.

De acordo com o IBGE (2023), “Em 2023, 41,7% dos jovens de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário para terem abandonado ou nunca frequentado escola”. Observando esse cenário, os fatores que mais impactam a conclusão do Ensino Médio para as mulheres incluem a necessidade de sustentar a família, a gravidez e o desinteresse pela escola. Segundo Arroyo (2007, p.7), a EJA deve ser concreta, voltada para pessoas com contextos e histórias específicas. Esses aspectos não apenas evidenciam os obstáculos enfrentados por muitas mulheres em sua busca por educação, mas também sublinham a necessidade urgente de políticas públicas e programas que ofereçam suporte e estratégias eficazes para superar esses desafios, promovendo uma educação mais inclusiva e acessível.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das experiências de trabalho das mulheres, compreendemos que a escola tenha contribuições importantes a dar no sentido de fazer da escolarização uma experiência de produção de leitura crítica do mundo e de si mesmas, o que inclui pensar sobre as condições sociais, históricas e culturais que influenciam diretamente o seu acesso a direitos fundamentais para uma vida digna, como a educação, o trabalho, a saúde, a cultura, a participação política e outros. (Godinho, Brandão, Noronha, 2017, p. 25)

Apresentaremos nossas reflexões a partir das referências, como Sousa (s.d.), Abreu e Alcoforado (2021), Gadotti (1996) e Neri (2015), entre outras. A partir das leituras realizadas, conseguimos extrair categorias que revelam os desafios enfrentados pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas categorias (Quadro 2) nos permitem compreender a importância de um currículo que não apenas transmita conhecimentos sistematizados, mas que também considere as vivências, as culturas e as realidades socioeconômicas dos estudantes. Ao abordar a flexibilidade curricular e as especificidades da experiência feminina na EJA, buscamos destacar a necessidade de uma educação inclusiva e transformadora, que contribua para a emancipação e a justiça social.

Quadro 2. Principais desafios enfrentados pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

CATEGORIAS	DESAFIOS
Currículo e Metodologia de Ensino	Currículo Descontextualizado Necessidade de flexibilidade
Condições Socioeconômicas	Contexto Socioeconômico Preconceito Cultural
Desafios Pessoais e Sociais	Violência Doméstica Sobrecarga de Responsabilidade
Apoio Institucional e Continuidade	Falta de Apoio Institucional Evasão Escolar.

Fonte: Autoria (2024)

Faremos uma análise partindo das categorias apresentadas, reconhecendo a importância de examiná-las de forma individual para entender seus impactos específicos na educação das mulheres na EJA. Entretanto, compreendemos que essas categorias estão interligadas.

4.1 Currículo e Metodologia de Ensino

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece uma oportunidade crucial para muitos indivíduos que desejam concluir seus estudos e aprimorar suas condições de vida. No entanto, é imprescindível que o currículo escolar adotado nessa modalidade de ensino não se limite à mera transmissão de conhecimentos sistematizados. Ele deve servir como uma ferramenta inclusiva que reflita a diversidade e as experiências de vida dos estudantes, com especial atenção às mulheres, que frequentemente enfrentam desafios adicionais relacionados a questões sociais, econômicas e culturais. Um currículo que valorize e integre as realidades vividas por essas alunas não só promoverá um ambiente de aprendizado mais relevante e significativo, mas também contribuirá para a superação das desigualdades de gênero, favorecendo a construção de um espaço educacional que respeite e valorize a singularidade de cada estudante.

Sousa (s.d.) enfatiza que

O currículo escolar é um elemento de suma importância para o planejamento do professor, pois possibilita organizar os conteúdos e as atividades, sendo ele um recurso para o educador, com flexibilidade diante da adequação para melhor atender às necessidades dos educandos. (Sousa, s.d., p. 82)

Essa flexibilidade é crucial na EJA, onde as histórias de vida e as experiências das mulheres devem ser incorporadas ao currículo. Abreu e Alcoforado (2021, p. 469) complementam essa perspectiva ao afirmar que

Na EJA, o currículo precisa contemplar não somente os conhecimentos sistematizados historicamente pela humanidade, mas, sobretudo, a origem dos seus sujeitos: suas culturas, saberes, conhecimentos, mitos, projetos de vidas, intencionalidades e suas relações com o trabalho. Caso contrário, teremos um currículo esvaziado de sentido."

Portanto, um currículo que ignora essa diretriz resulta em um aprendizado descontextualizado, frequentemente sem relevância para as mulheres que estão reingressando no ambiente escolar. Dessa forma, na EJA, é fundamental considerar as experiências e os conhecimentos prévios das mulheres, pois isso é crucial para que a abordagem pedagógica seja verdadeiramente compreendida. Isso implica que a educação na EJA deve não apenas reconhecer, mas também valorizar as vivências de suas alunas, adaptando as metodologias de ensino às suas realidades específicas. Como ressalta Gadotti (1996, p. 20):

Pela nova LDB em debate, a educação básica deveria ser oferecida, além das formas convencionais, como o ensino noturno e supletivo, em condições e metodologias mais adequadas às necessidades dessa população que teve que abandonar a escola cedo ou mesmo a ela não teve acesso pela pobreza ou pela necessidade de trabalhar precocemente. A escola deveria adequar-se às características dessa clientela trabalhadora através de uma organização mais flexível.[...]

Isso é particularmente relevante para as mulheres que, frequentemente, acumulam múltiplas responsabilidades, como trabalho e cuidado com a família, o que pode afetar sua participação e desempenho na EJA.

4.2 Condições Socioeconômicas

Outro fator que impacta diretamente a educação das mulheres na EJA é o contexto socioeconômico, que exerce uma influência significativa sobre sua trajetória educacional. A pobreza, por exemplo, é um dos principais obstáculos enfrentados por essas mulheres. Muitas delas vêm de contextos onde as necessidades básicas, como alimentação, moradia e transporte, não são atendidas, o que dificulta a continuidade dos estudos. Este cenário não apenas limita o tempo disponível para os estudos, mas também pode levar à evasão escolar quando surgem crises financeiras. Além disso, a falta de recursos para material didático e transporte pode ser um fator desmotivador. Gonçalves (2021) destaca a conexão entre trabalho e educação, sublinhando que os estudantes da EJA, muitas vezes, são vítimas de um ciclo de exclusão:

Convém lembrar que os alunos da EJA são vítimas de um ciclo vicioso de exclusão: frequentemente são acusados pela sociedade de que não têm trabalho ou têm um salário menor porque não estudaram, porém, na maior parte das vezes, não estudaram porque trabalharam. (Gonçalves, 2021, p. 31)

Esse ciclo reflete as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora para se manter na escola, onde muitos são forçados a abandonar os estudos para trabalhar. Essa realidade socioeconômica é particularmente acentuada entre as mulheres, que muitas vezes devem conciliar múltiplos papéis e responsabilidades. Segundo Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p. 137) “Outro dado interessante para entendermos o cenário socioeconômico brasileiro trata das ocupações; dos 6,3 milhões (ou 6,6%) de trabalhadores em serviços domésticos, 5,8 milhões são mulheres, enquanto 502 mil são homens”. Dessa maneira, pode-se destacar a centralização desse trabalho nas mulheres e a disparidade de sobrecarga que as mulheres exercem comparado aos homens, ao papel que foi socialmente imposto ao gênero feminino, causando impactos negativos na vida da mulher, como a dificuldade ao acesso a EJA.

4.3 Desafios Pessoais e Sociais

Como enfatiza Fanti (2018), o cansaço do trabalho, as dificuldades no lar e as responsabilidades com os filhos frequentemente deixam a educação em segundo plano: “Claro que o aluno da EJA tem seus motivos que levam à evasão, seja pelo cansaço do trabalho, as dificuldades no lar, filhos e suas demais responsabilidades que acabam deixando o ensino em plano inferior.” (Fanti, 2018, p.10). Portanto, a EJA deve ser vista não apenas como uma oportunidade de educação, mas como um ambiente que considera as realidades específicas de seus estudantes, particularmente das mulheres, para que a educação seja verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, a violência contra a mulher mostra-se um grande impedimento para que a educação regular seja concluída ou que sua permanência na EJA seja concreta, como cita Forquesato et al. (2021. p. 111),

A violência contra a mulher é uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, pois afeta seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela se manifesta de diferentes formas e é um fenômeno que atinge

mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, estados civis, escolaridade, raças etc.

A violência doméstica é outro aspecto que impacta a educação das mulheres na EJA. Estudos indicam que a convivência com situações de violência pode resultar em traumas profundos, que afetam a saúde mental e emocional, tornando a aprendizagem um desafio. Muitas mulheres relatam que a violência em casa limita seu tempo e energia para se dedicar aos estudos, criando um ciclo vicioso em que a educação se torna um privilégio inalcançável. Além disso, a violência doméstica pode resultar em um aumento das responsabilidades familiares, como cuidar dos filhos ou de parentes idosos, gerando um peso adicional sobre a carga já existente.

As responsabilidades familiares também desempenham um papel crucial na trajetória educacional das mulheres na EJA. Muitas são as principais cuidadoras de seus filhos e, frequentemente, de outros membros da família. Essa responsabilidade exige que ajustem seus horários de estudo ou até desistam de sua educação para atender às necessidades familiares. A pesquisa revela que a sobrecarga de trabalho doméstico e a falta de apoio, tanto da família quanto da escola, criam um ambiente que torna a educação um desafio. Além disso, o preconceito cultural pode contribuir para que a educação das mulheres seja vista como secundária em relação às responsabilidades familiares, reforçando a ideia de que a EJA é um espaço marginal para elas.

4.4 Apoio Institucional e Continuidade

A evasão escolar é uma preocupação significativa no contexto da EJA, refletindo a realidade socioeconômica dos estudantes, especialmente das mulheres. Para as mulheres, a conjunção de responsabilidades familiares, o trabalho informal e a falta de apoio podem intensificar essa evasão, tornando ainda mais desafiador o retorno aos estudos.

Diante desse panorama, é evidente que a educação das mulheres na EJA não pode ser dissociada do contexto socioeconômico em que estão inseridas. Para que a EJA cumpra seu papel transformador, é fundamental que políticas públicas e práticas educacionais considerem as realidades enfrentadas por essas mulheres, oferecendo apoio que vá além do conteúdo acadêmico. Isso inclui a implementação de medidas que abordam a pobreza, promovam a conscientização sobre violência doméstica e ofereçam suporte para que as mulheres possam equilibrar suas responsabilidades familiares com suas aspirações educacionais. De acordo com Barbosa (2017, p. 22),

Os alunos da EJA buscam um ensino que reconheça seu conhecimento, que sane as suas dificuldades, e que valorize o ser que está ali, pois eles já são experientes de uma cultura, e tem uma capacidade de reflexão e autoconceito de suas possibilidades e limites.

Assim, a verdadeira inclusão na EJA requer um compromisso coletivo para que as mulheres possam não apenas frequentar as aulas, mas também se sentir valorizadas e empoderadas em seu caminho educativo, transformando suas vidas e comunidades. A educação, para ser verdadeiramente transformadora, deve ir além do conteúdo acadêmico, envolvendo-se profundamente com a realidade dos educandos, para que não se torne mais um obstáculo em suas vidas, mas sim um caminho para a emancipação e a justiça social.

5 CONCLUSÃO

Procurando ao longo da pesquisa refletir sobre as barreiras históricas e sociais enfrentadas pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, bem como a manifestação dessas barreiras nas experiências e realidades socioeconômicas dessas alunas, os resultados da análise revelam um histórico de exclusão das mulheres no contexto educacional, evidenciando anos de lutas que culminaram nos direitos atualmente conquistados. Contudo, a desigualdade de gênero ainda exerce um impacto significativo na Educação, especialmente nas salas de EJA, onde a dificuldade de acesso e permanência se torna uma realidade inviável para muitas mulheres, apesar do direito de frequentar as aulas.

Conforme evidenciado pela pesquisa bibliográfica, a invisibilidade da mulher no meio educacional é uma questão histórica que se entrelaça com a marginalização de sua trajetória na sociedade. Essa marginalização reflete-se em vários aspectos, como a ausência de um currículo adequado que reconheça e compreenda o contexto social das mulheres na EJA, dificultando uma Educação que valorize suas vivências. A sobrecarga de responsabilidades, que muitas vezes recai sobre as mulheres no que diz respeito ao cuidado da família e das tarefas domésticas, torna-se um desafio adicional, relegando a Educação a uma posição secundária em suas prioridades. Este fenômeno é uma manifestação da estrutura cultural enraizada em uma sociedade patriarcal, que não considera a inclusão das mulheres na escola como uma prioridade.

Ademais, ao observar as lutas por inclusão e respeito social, nota-se que a injustiça econômica é um dos principais fatores que perpetuam essa desigualdade. A marginalização econômica, associada à falta de trabalho e aos direitos básicos negados, afeta desproporcionalmente as mulheres, destacando a necessidade de que a sala de aula da EJA se constitua como um espaço de acolhimento, onde elas possam compartilhar suas histórias de vida e experiências emocionais.

É importante desenvolver programas sociais que incentivem a permanência das mulheres na Educação, proporcionando um ambiente que minimize preocupações externas e permita a conclusão do ensino regular. A ausência de apoio institucional contribui para a evasão escolar, sendo crucial problematizar as questões que levam as mulheres a desistirem de sua formação educacional, a fim de garantir visibilidade e compreensão das suas necessidades.

A realização de pesquisas sobre esse tema é de suma importância, especialmente ao considerarmos a luta pela igualdade de gênero ao longo da história do Brasil. Os direitos conquistados pelas mulheres são relativamente recentes, e o país continua em sua busca por tornar a equidade de gênero uma realidade palpável. Na esfera educacional, os obstáculos que resultam na evasão escolar de mulheres impactam diretamente as camadas populares da sociedade. Assim, é fundamental desenvolver investigações que analisem e questionem a inclusão das mulheres na EJA. Surge, portanto, uma questão para futuras pesquisas: qual é o papel do Estado diante da desigualdade de gênero na Educação de Jovens e Adultos?

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

BARBOSA, Maria Goreti. **Evasão escolar na educação de jovens e adultos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ana Ribeiro.** 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BASTOS, Bruna. **Analfabetismo ainda é realidade no país; EJA pode ser caminho para enfrentamento do problema**. [S.l.]. Journal 48, 2021. Disponível em: <<https://journal48.com/educacao-e-familia/analfabetos-sao-realidade-no-pais-eja-e-cam-inho-para-resolver-problema/>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BELUZO¹, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas**. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire?**. 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação investe em políticas para as mulheres**. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202403/mec-investe-em-politicas-para-as-mulheres>. Acesso em: 16 de out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. IBGE. **Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023**. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://anda.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. IBGE. **Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem | Agência de Notícias**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação de Jovens e Adultos**. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 19 set. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos: lendo o mundo e escrevendo a própria história**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/cartilha-pacto-eja.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DE ABREU, Anderson Carlos Santos; ALCOFORADO, Joaquim Luis Luís Medeiros. **O currículo na Educação de Jovens e Adultos: um estado do conhecimento nos periódicos da Educação**. Retratos da Escola, v. 15, n. 32, p. 465-482, 2021.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.

DE SOUSA, José Adelmo Barra. **Currículo escolar e sua necessidade de adequação e contextualização multicultural: do formal ao real na prática pedagógica docente e atuação de gestores**.

FANTI, Karoline Bragança; BARCELOS, C. C.; BORBA, RDC. **As Dificuldades da Educação de Jovens e Adultos**. 2018.

FÁVERO, Osmar & JUNIOR, Everaldo Ferreira Soares. **CEPLAR – Campanha de Educação Popular (Paraíba, 1962- 1964)**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v.17, nº 2, jul/ dez, 1992.

FORQUESATO, Débora Valente Cintra et al. **Contribuições da EJA no processo de ressignificação da mulher com histórico de violência doméstica**. HUMANOS E VULNERABILIDADES, p. 110. 2021.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida: Reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista"**. Boitempo Editorial, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia e Mudança**. 50º ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 66º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; BRANDÃO, Nagela Aparecida; NORONHA, Ana Catharina Mesquita de. **Contribuições do pensamento freireano para a escolarização de mulheres trabalhadoras na educação de jovens e adultos**. Inter-ação. Goiânia, GO. Vol. 42, n. 1 (jan./abr. 2017), p. 20-37, 2017.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **Educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho**. Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí: Unijuí, p. 27-61, 2012

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo. Martins Fontes, 2013

KELLER, L.; BECKER, E. L. S. **A trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista EJA em Debate, v. 9, n. 15, 2020.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à Educação Básica para Jovens e Adultos da Modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. Editora CRV, 2013.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. **As Mulheres da EJA: Do silenciamento de vozes à escuta humanizadora**. Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 30, n. 63, p. 131-150, 2021.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

PORTO, Dorinha de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **Ceplar: história de um sonho coletivo**. João Pessoa: SEC, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A crítica feminista de fronteira em “Que tan lejos”, “Entre nós” e “Sonhos Roubados”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH: São Paulo, 2011.

SILVA, Michelle P.; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar**. Recuperado de: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art14_15.pdf, 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Vera Lucia, a mulher mais forte e gentil que conheço, por ser o meu maior apoio e exemplo de vida. Ao meu pai, Edmundo José, por sempre se esforçar incansavelmente para me proporcionar uma vida digna e feliz.

Minha sincera gratidão à professora Kamila Karine, pelas orientações e os ensinamentos nessa jornada, foram momentos valiosos para mim.

As minhas primas, Maria Gorete e Yasmim Gabrielly, por todo o apoio e cuidado ao longo da minha vida.

Aos meus amigos, que me apoiaram durante a escrita deste trabalho, minha eterna gratidão. Em especial, à minha amiga Maiara Serafim, que foi luz em dias difíceis; sua amizade é um grande tesouro para mim.